



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

---

**REDAÇÃO FINAL N.º 1429/22**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 2525/2022, QUE DEFINE O PISO MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Fica suprimido o § 1º do art. 1º da lei nº 2525/22 de 15.09.22 que define o piso municipal dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias e dá outras providências.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de setembro de 2022.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 2022.

  
**CLAUDINEI CUSTÓDIO**

Presidente



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

---

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 25/2022**

**Origem: Executivo Municipal**

**EMENTA: ALTERA DIPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2525/2022, QUE DEFINE O PISO MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Trata-se de projeto de Lei de nº 25/2022, o qual altera dispositivos da lei municipal nº 2525/2022, a qual define o piso municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de combate às endemias, no valor de R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais).

Segundo consta da justificativa apresentada pelo representante do Executivo, o Prefeito Municipal, o Sr. Albino Gonçalves Padilha, o referido projeto de lei têm como objetivo suprimir o parágrafo primeiro do art. 1º da referida lei, tendo em vista que foi acordado entre os agentes de saúde e a municipalidade que o pagamento do piso já ocorreria no mês de setembro do corrente ano, independente do recebimento do recurso oriundo da União.

É o breve relatório.

Desta feita, passa-se a análise dos aspectos de direito do projeto de lei:



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Este, S.M.J., o Parecer que submetemos à consideração de Vossas Excelências.

Câmara de Bom Retiro (SC), 23 de setembro de 2022.



---

**Gabriele Klaumann Machado**  
Assessora Jurídica  
OAB/SC nº 41.941